

## como pacificar o insuportável?

thiago rodrigues \*

*Os bons — sempre foram o começo do fim.*

Nietzsche

### I

Recomenda-se crer. Direito inviolável, este da crença. Primado da liberdade individual. Princípio emerso do pensamento liberal, consolidado no Ocidente do século XVIII, amplificado ao mundo, hoje, pela voz estadunidense. Em princípios de 2002, David Blankenhorn, presidente de um obscuro *Institute for American Values*, escreveu e fez publicar uma declaração que intitula “Carta da América”<sup>1</sup>. Nela, o autor se propõe a defender as fundações do pensamento e prática liberais contra fundamentalismos religiosos e outras radicalidades. Apresentando o ambiente moral estadunidense como solo do mundo livre e democrático

\* Poeta, mestre em Relações Internacionais pela PUC-SP e pesquisador no Nu-Sol.

que, no presente, se espraia por todo globo, Blankenhorn busca defender, com apoio de intelectuais como Francis Fukuyama e Samuel Huntington, a justeza de ‘guerra ao terror’ lançada pelo governo de George W. Bush. A reação estadunidense, argumenta o autor, não seria apenas uma vingança dos EUA, mas uma resposta planetária contra a intolerância. O que se segue no texto de Blankenhorn são os clássicos direitos liberais centrados na proposição da liberdade e igualdade inatas aos homens, que se reflete na plena autonomia para crer, sempre sob o amparo de um *governo legítimo*, pois escolhido pelos cidadãos, e que é responsável, tão-somente, pela manutenção das condições para o livre desenvolvimento individual. Estado-mínimo, fé livre: está aí a fórmula do autogoverno liberal. O objetivo do autor é rebater as análises vindas em reprovação às ações do governo de George W. Bush iniciadas no Afeganistão após os atentados de 11 de setembro de 2001, numa perspectiva que legitima as ações coercitivas internacionais lastreando-as, segundo o autor, em “valores e princípios universais”<sup>2</sup>. Nesse breve ensaio, as atenções recaem sobre o modo como Blankenhorn expõe valores que são demarcáveis histórica, política e socialmente — valores liberais clássicos — como princípios universais. Nessa reflexão, interessa perscrutar o movimento presente na “Carta da América” que se esforça para cristalizar tais valores a partir de uma operação que os desterritorializa acondicionando-os na categoria de Homem. Procura-se discutir como Blankenhorn, com base numa moral da tolerância, dá voz à força que procura construir algo como um amálgama heterogêneo mundial, congregando peles e crenças distintas que devem se suportar trilhando caminhos paralelos. Planeta a um só tempo plural e uniforme, no qual não há espaço à contestação da ordem pacífica de povos irmanados.

## II

As linhas iniciais da “Carta da América” não deixam de apresentar as sombras que afligem o angustiado homem liberal. Audacioso na luta contra a ‘tirania’ personificada na figura do Rei Absoluto — aquele que ditava leis, mas a elas não se submetia — o liberal estanca diante da paúra causada ao vislumbrar o fim do Estado. A desconfiança do poder exige a construção de instituições políticas controláveis pelos indivíduos para que estes sejam cidadãos, membros de uma sociedade de homens livres e não átomos levados ao sabor das hordas. Os ‘Pais Fundadores’ dos Estados Unidos fiaram-se no *jusnaturalismo*, a doutrina da liberdade inata e inviolável do indivíduo, para defender um ‘Estado vigia noturno’ que zela por uma sociedade de realizadores. A democracia era, assim, o sistema de governo que menos agredia a liberdade natural, pois estabelecia meios de controle do governo. Instrumentos para vigiar a besta-poder. Prevenção contra a volúpia do governante — candidato permanente a tirano — uma vez que “na raiz da posição liberal se encontra sempre uma dose inata de desconfiança ante o poder e sua inerente propensão à violência”<sup>3</sup>. A “dignidade humana transcendente”, lembrada por Blankenhorn, ganhou guarida na ‘terra das oportunidades’.

Os “valores americanos”, aflorados do pensamento liberal, não são encarados pelo autor, contudo, como características específicas estadunidenses. “O que há de mais impressionante nesses valores”, diz Blankenhorn, “é o fato de se aplicarem a todas as pessoas, sem distinção, e não poderem ser usados para excluir quem quer que seja do reconhecimento e respeito com base em particularidades de raça, linguagem, memória ou religião”. *Nascer livre e poder crer* não são construções culturais, particulares, regionais. Em cada

recanto do mundo, o homem branco ou pardo, é receptáculo de direitos que o precedem e que permanecerão após sua extinção. Os valores americanos não são, assim, somente ‘americanos’. Numa clarividência, os ‘Pais Fundadores’ foram receptores da Verdade, podendo, dessa forma, brindar a Humanidade com a forma acabada dos direitos universais do Homem. Do Homem ou dessa figura jurídico-valorativa estranha e auto-referente, a ‘pessoa humana’.

Não são valores ocidentais, brada o autor, são verdadeiras morais inerentes a toda espécie. “Verdades morais básicas”, sustenta Blankenhorn, que são atributos da própria definição do ‘ser’ humano: O Homem é o bípede que crê e é livre. Natureza humana que prescinde do homem-amontoado-de-carne-sangue-e-nervos, pois vive na Humanidade. Somos livres, queiramos ou não. E recebemos tal autonomia “juntamente com o ser, da mão da natureza”<sup>4</sup>. Impressiona, de fato, o corolário que se segue: os ‘ideais da fundação dos EUA’, não sendo um ‘regionalismo moral’, permitem que “qualquer pessoa, em princípio, [possa] tornar-se americana”. Ecoa aqui o discurso dos EUA como terra prometida, porto seguro aos perseguidos e famintos do mundo, universo a ser ocupado, explorado, cultivado. Olvida-se o muro contemporâneo que pretende impedir mexicanos de chegar à Califórnia, olvidam-se os índios de outrora dizimados na corrida para o Oeste. A Estátua da Liberdade segue sendo farolete a sinalizar o caminho para a liberdade aos olhos de sujos imigrantes empoleirados num navio.

### III

O ódio à América é justificável, pergunta-se Blankenhorn? Em parte, admite, uma vez que diversas ações históricas dos estadunidenses foram arrogantes

ou agressivas. Todavia, tais ações são desvirtuamentos dos ideais tidos como profundos e verdadeiros da Nação americana. Desvios que devem ser evitados no futuro. Não há, contudo, porquê pedir perdão. Ao contrário, deve-se investir na concretização dos valores universais que tecerão a irmandade global. A amizade entre os povos é possível, basta aceitar o que é inerente ao Homem. Os EUA, terra predestinada, não impõem um modelo, apenas sinalizam o óbvio. É preciso que nos irmanemos para erguer o mundo da conciliação universal, numa convocatória que não beneficia somente americanos, mas agracia toda Humanidade. É imperativo, para tanto, lutar?

Toda reflexão liberal da “Carta da América” vem pavimentar o caminho que leva à seguinte preocupação: reagir à ameaça fundamentalista islâmica é moralmente justificável? Contra-atacar o terrorismo religioso é atitude defensável?

Ao sustentar que os valores americanos não são regionais, mas universais, o autor constrói a ‘Grande Semelhança’ e seu par indissociável, a ‘Grande Alteridade’. Ter fé não é problema; ao contrário, ter religião é fato considerado, por Blankenhorn, como um transcendental, como uma característica do Humano. Perigoso é fazer da fé, doutrina de intolerância. Sendo a liberdade de credo direito fundamental da ‘pessoa humana’ consagrado nas Constituições liberais, não há como recriminar esta ou aquela religião se ela se fundar no princípio do Amor e da Compreensão. Os três grandes monoteísmos são, para Blankenhorn, doutrinas do Amor. Pregam a complacência e a prostração perante o Divino; reconhecem dignidade no outro, esse ser igualado a si na situação de criatura de Deus. As religiões do livro não são, assim, apologistas da supressão do Outro, mesmo porque, no limite, não há ‘outro’ frente à unidade em Deus. Blankenhorn não se alonga

naquilo que seriam vexatórias exposições acerca da supressão dos infiéis presente historicamente no cristianismo, judaísmo e islamismo. A argumentação se estende somente o necessário para afirmar que a intolerância amparada em justificativas religiosas é uma afronta à verdade doutrinária dessas crenças. Matar em nome de Deus é profaná-lo. Insuportável é pecar contra Deus e contra a Humanidade. A *Al-Qaeda* macula a religião islâmica, conspurca a amizade entre os povos. Todavia, esses 'anômalos' agem com perseverança destrutiva, são irrefreáveis em seu fanatismo, impermeáveis a qualquer argumentação lógica ou teológica. São um perigo, portanto, à irmandade universal.

#### IV

Torna-se, pois, urgente reagir. Reagir à intolerância virulenta é necessário para preservar o globo. Os valores representados pelos EUA são, para Blankenhorn, o alvo do ódio islamita. Contudo, ao executar a manobra que transforma os valores dos EUA em princípios universais, o autor realiza a façanha de metamorfosear todo o planeta em alvo. Ao agredir valores que não são exclusivos dos estadunidenses, os terroristas de Bin Laden violentam cada um de nós. A Humanidade, reunida em direitos, é reunida na afronta. A autodefesa, única possibilidade de uso da violência legitimado pela moral pacificadora, surge como recurso inevitável. Atacar o Afeganistão ou qualquer outra paragem é uma 'dolorosa necessidade'. A universalidade da agressão exige uma contrapartida também global. Inimigos de difícil identificação, os terroristas islâmicos podem estar em diversos lugares, dispersando-se ou agrupando-se nos fluxos abertos nos trânsitos mundializados de informação, transporte e capital. Uma coalizão universal é inevitável para combater guerreiros que se imiscuem na 'boa

sociedade'. Párias corrosivos, os terroristas são guerreiros desterritorializados, são combatentes universais. Para destruí-los, a guerra deve ter como limites os contornos da Terra.

Ameaçados são os cidadãos estadunidenses, mostrados por Blankenhorn como crentes inocentes. Visão bem distante daquela expressa pelo também estadunidense Henry David Thoreau que, em seu opúsculo de 1848, apontava seus concidadãos como indivíduos reconhecíveis pela “manifesta ausência de intelecto e alegre autoconfiança”<sup>5</sup>, sujeitos incapazes de se posicionar contra a escravidão e contra a guerra que os Estados Unidos mantinham com o México: cidadãos passivos, mas em nada ingênuos. Mas ameaçados são, também, todos crentes no Amor. E Amor é consenso, é canto em uníssono. A Verdade Americana é eficiente porque não se apresenta com nacionalidade. É válida para todos que se consideram humanos. E hoje, todos se consideram. O que Blankenhorn rechaça é que o ‘Humano’ seja construção ocidental. Os críticos do universalismo humanista são céticos, incrédulos, relativistas. Blankenhorn crê em valores básicos partilhados por todos: não há como contra-argumentar um religioso.

A reação violenta preparará o mundo para o idílio da Grande Conciliação. O expurgo dos ‘incapazes de compreender a universalidade de sua condição’ é tarefa penosa da qual não é possível esquivar-se. A “paz justa e duradoura”, de que nos fala Blankenhorn, é a instauração do mundo das diferenças apaziguadas sob o manto da igualdade transcendental. Contudo, como *tolerar* não significa *aceitar*, esse mundo irmanado necessita de limites claros, compartimentos precisos para localizar alteridades aplainadas. Esses quadros de registro não precisam mais responder a nacionalidades ou dispositivos disciplinares clássicos apesar de não prescindir

rem deles. É possível ser 'cidadão do mundo' indivíduos de todas as raças, credos (até os 'sem credo'), procedências, desde que sejam respeitadas margens de segurança que, nada mais são do que espaços nos quais se permite trafegar. O fato de Martin Luther King ser citado duas vezes por Blankenhorn não pode ser negligenciado. King era negro, norte-americano, mas, acima de tudo, defendia direitos universais. Foi um herói não da raça, mas da espécie. Ao citá-lo, Blankenhorn exhibe seus atributos de tolerante. Plurais podem ser os homens em suas vidas, contudo, as amarras que os aproximam tecem a trama do consenso pacificador. *Oh, multiculturalismo politicamente correto!*

A guerra ao outro é depuração consentida, legitimada. Guerra justa dos que são diferentes somente depois de serem únicos no Humano: transcendência que agrega semelhantes, patrimônio sacro a ser protegido para que a paz em vida, norteadora de novos arranjos internacionais e nacionais perfilados, seja alcançada.

## V

Não é novidade que o propalado 'fim do Estado-Nação' esbarrou na mendicância pelo nacional. Há muitos mortos no Timor, nos Bálcãs ou na Palestina para que suas terras ganhem *status* de Estado independente. Diagrama sem inovação: um povo, uma língua, um território, uma nação. O Estado Moderno, de fato, não fenece. Mantém-se como meta de organização política e social de povos desprovidos das instituições estatais ou se transfigura, assumindo outros contornos como o modelo de Supra-Estado Europeu. Este último projeto nada mais é, lembremos, que a reedição de uma idéia secular: Kant e sua prédica de "uma federação de tipo especial (...) que procuraria por fim a todas as guerras e para sempre"<sup>6</sup> permanecem reverberando nas ideações

para o mundo. Cada *povo* reclama seu lugar, inviolável lar como ponto de partida para que relações fraternais se estabeleçam com outros povos que acenam de seus espaços. Trata-se do princípio da autodeterminação dos povos, projeção para o plano internacional da noção liberal de autogoverno: o direito que cada nação tem em constituir-se sem ingerência de outra. A Organização das Nações Unidas é o esboço dessa Irmandade Universal entre Estados-Nação, fórum para ensinar os ‘sem-Estado’ a construírem suas instituições e para os convescotes diplomáticos. As trocas comerciais, o fluxo informacional e o intercâmbio cultural podem, até, ser incensados como milagres contemporâneos desde que os emissores e receptores, os indivíduos ‘em diálogo’ não se imiscuam. Todos têm direitos a serem respeitados, todos têm suas honoráveis especificidades, todos devem ficar com seus pares: “não somos como os outros são, cada um cu seus” diz o poeta Walter Silveira.

No idílio transcendental, quem contesta sabota a Humanidade. E são muitos a não crer nesta pacificação terrena. Não podemos esquecer do fato de que a ‘sublevação’ fundamentalista também se fia num universal, a derrota do Ocidente e a vitória da Verdade. O enfrentamento de radicais muçulmanos e democratas globalizados se dá no campo circunvizinho das Verdades. Trata-se, de fato, de uma guerra entre Irmãos. Consangüíneos na transcendentalidade. Combate fratricida entre universais, ainda que o ‘Ocidente desterritorializado’ proclame que o pecado dos fundamentalistas não é crer em Mohamed, mas não tolerar a crença de outrem. Extremistas não são humanistas, não crêem na pluralidade de votos dirigidos ao Deus único, ao poder centralizado (Estado Moderno) e ao Homem (categoria universal). A dúvida retórica de Blankenhorn tem, assim, resposta cristalina: aos que não toleram, intolerância!

O tolerante é o raivoso vingativo em latência. O tolerante não é um antropofágico, como o entende o antropólogo Claude Lévi-Strauss: o tolerante não absorve, não processa o diferente. Aceita com beatífico sorriso, aquele de superfície dispar, mas de essência apreensível. A dissonância é deixada para a reação virulenta. A tolerância é membrana frágil e pouco permeável. O revide é recurso familiar, sempre pronto para ser operacionalizado. Os cidadãos estadunidenses aceitam de bom grado que suas liberdades individuais sejam suspensas para que as práticas de controle e rastreamento perpetrados pelo governo possam ser 'eficazes' na busca dos conspiradores contra a Humanidade. É importante frisar que fundamentalistas e humanistas estão demasiadamente próximos em suas crenças verdadeiras. Os homens-bomba podem não partilhar do humanismo nascido na Europa, mas explodem-se em nome do Universal. Na guerra entre pares, os alvos se multiplicam e a rede tramada para caçar fundamentalistas tem como potencialidade identificar e capturar dissonantes de toda ordem, inclusive não-humanistas e não-universalistas.

Qualquer crença na laicização iluminista, supostamente reinante na contemporaneidade, cai por terra. Herdamos um mundo de valores híbridos, no qual coexistem — e colaboram — os Únicos transcendentais: Deus e o Homem. Um mundo de inúmeros feixes que devem caminhar na mesma direção. A "Carta da América" é um documento dessa pacificação pluralista que disfarça mal os ímpetus de expurgo de todos que forem tidos como anormais. Meta higiênica para o idílio no qual a alteridade admite a dignidade do outro, aceitando que suas existências, linhas paralelas, sejam trajetos próximos, mas que não devem se imiscuir até convergirem no infinito.

## Notas

<sup>1</sup> A “Carta da América” foi publicada no Brasil pelo diário *O Estado de São Paulo* no dia 17/02/ 02.

<sup>2</sup> Paulo Sotero. “Intelectuais dos EUA reagem aos que culpam o país” in *O Estado de São Paulo*, 17/02/02.

<sup>3</sup> José Guilherme Merquior. *O argumento liberal*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983, p. 87.

<sup>4</sup> Thomas Jefferson. “O direito ao autogoverno” in *Federalistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 32.

<sup>5</sup> Henry David Thoreau. *A desobediência civil*. Porto Alegre, L&PM, 1997, p. 19.

<sup>6</sup> Immanuel Kant. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa, Edições 70, s/d, pp. 134-135.

## RESUMO

*Nesse breve ensaio, o autor analisa o difundido princípio da tolerância que coexiste com o brado da intolerância. A ‘guerra ao terrorismo’ e a sobrevivência de um Estado apoiado pelos súditos apresentam novas modalidades de controle associadas às antigas formas de ódio. A política contemporânea recomenda a todos que lutem pelos seus direitos e que respeitem o ‘diferente’ de uma distância segura e asséptica. Neste mundo, a fronteira entre tolerância e intolerância é tênue, mostrando o quanto tais noções são complementares.*

## ABSTRACT

*In this short essay, the author analyzes the widespread principle of tolerance, which lives side-by-side with the hail of intolerance. The ‘war on terrorism’ and the survival of the state supported by subjects present new ways of control associated with old forms of hate. The contemporary politics advises everyone to fight for their rights and to respect the ‘different’ from a safe and aseptic distance. In a world like this, the boundary between tolerance and intolerance is thin and weak, showing how complementary those notions are.*